

# DIFICULDADES E CONQUISTAS DOS SERVIDORES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL

<http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2025.63.16572>

Submetido em: 16/10/2024

Aceito em: 3/12/2024

Publicado em: 17/2/2025

**Josiane Ferreira**

Escola Superior Dom Helder Câmara. Belo Horizonte/MG, Brasil. <https://orcid.org/0009-0006-7031-1682>

**Ana Soares Guida**

Escola Superior Dom Helder Câmara. Belo Horizonte/MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6341-0766>

**José Adercio Leite Sampaio**

Escola Superior Dom Helder Câmara. Belo Horizonte/MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9452-4811>

## RESUMO

A pesquisa aborda a precarização e desvalorização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior (IESs) federais e nas escolas públicas de educação básica no Brasil e Portugal, com foco nos protestos que surgiram da insatisfação dos servidores da educação. O estudo analisa como a falta de condições mínimas de trabalho, como baixos salários, sobrecarga, burocracia excessiva e escassez de recursos impactam a saúde mental dos educadores e compromete a qualidade do ensino. O objetivo principal é demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos docentes e como essas condições afetam a motivação e o desempenho profissional. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, baseada em artigos, relatórios e estudos sobre o tema, oferecendo um diagnóstico da precarização do magistério e reforçando a necessidade urgente de políticas públicas que valorizem os educadores e melhorem suas condições de trabalho. Após as pesquisas constatou-se que tanto no Brasil quanto em Portugal há muitos desafios a serem enfrentados. A superação desses obstáculos só será possível por meio de mobilizações e lutas, uma vez que nem mesmo governos historicamente alinhados à defesa dos direitos dos trabalhadores têm demonstrado disposição para negociar de forma eficaz a valorização profissional. Conclui-se que a união e a resistência dos servidores são essenciais para garantir uma educação de qualidade em ambos os países, forçando os governos a instituírem políticas públicas que reconheçam e valorizem os profissionais da educação, posto que esse reconhecimento dificilmente ocorrerá de forma espontânea.

**Palavras-chave:** educação; direitos humanos; greves; valorização.

## DIFFICULTIES AND ACHIEVEMENTS OF EDUCATION AREA SERVERS IN BRAZIL AND PORTUGAL

## ABSTRACT

The research addresses the precariousness and devaluation of teaching work in Federal Higher Education Institutions (HEIs) and in public basic education schools in Brazil and Portugal, focusing on the protests that arose from the dissatisfaction of education employees. The study analyzes how the lack of minimum working conditions, such as low wages, overload, excessive bureaucracy and scarcity of resources, impacts the mental health of educators and compromises the quality of teaching. The main objective is to demonstrate the difficulties faced by teachers and how these conditions affect motivation and professional performance. The methodology used is bibliographical research, based on articles, reports and studies on the topic, offering a diagnosis of the precariousness of teaching and reinforcing the urgent need for public policies that value educators and improve their working conditions. After the research, it was found that both Brazil and Portugal face many challenges. Overcoming these obstacles will only be possible through mobilizations and struggles, as even governments historically aligned with the defense of workers' rights have shown little willingness to negotiate effectively for professional recognition. It is concluded that the unity and resistance of public servants are essential to ensure quality education in both countries, pushing governments to implement public policies that truly acknowledge and value education professionals, as such recognition is unlikely to come willingly.

**Keywords:** education; human rights; strikes; appreciation.

## 1 INTRODUÇÃO

As greves e movimentos emergem como manifestações de insatisfação da desvalorização dos servidores, e tanto no Brasil quanto em Portugal o sistema educacional enfrenta desafios semelhantes.

Em 2024, as Instituições de Ensino Superior (IESs) federais do Brasil, bem como as escolas de Educação Básica, enfrentam um cenário alarmante, marcado pela desvalorização e precarização do trabalho docente. A intersecção das dificuldades enfrentadas pelos docentes das IESs e das escolas públicas revela um panorama preocupante, que afeta diretamente a qualidade do ensino e a formação acadêmica dos estudantes em todos os níveis. As IESs, reconhecidas por seu papel fundamental na formação e na pesquisa, encontram-se em uma situação de grande desvalorização, cujos impactos se refletem na qualidade da educação oferecida.

A desvalorização salarial, associada à falta de apoio governamental, gera um ambiente de estresse elevado entre os educadores, levando muitos a reconsiderarem sua permanência na profissão. Essa situação agravou-se em 2024, quando, após grande expectativa, os servidores federais, incluindo docentes, enfrentaram uma desilusão significativa. A recusa do governo em continuar as negociações com as categorias em greve, sob a liderança de um ex-presidente sindicalista que historicamente defendeu a classe trabalhadora, expôs a falta de compromisso com a valorização dos profissionais da educação. Dessa forma, a greve dos servidores federais e as frequentes paralisações dos professores da Educação Básica evidenciam uma insatisfação generalizada e a luta por melhores condições laborais.

A falta de valorização profissional e as adversidades enfrentadas pelos educadores, como a precarização do trabalho e a ausência de reconhecimento, afetam diretamente a qualidade do ensino público que se observa por todo o país. Essa realidade resulta em uma pressão financeira sobre os docentes, a escassez de professores qualificados e a desmotivação para o ingresso de novos profissionais na carreira. Dessa forma, a educação pública brasileira, em todos os níveis, encontra-se em um momento crítico, em que a criação de políticas públicas que promovam a valorização dos professores e a melhoria das condições de trabalho torna-se imprescindível.

Já em Portugal, apesar das leis e políticas públicas que prometem garantir condições dignas de trabalho e uma carreira justa, ocorre também um cenário de descontentamento e insegurança na vida dos profissionais da educação.

A presente pesquisa tem como objetivo evidenciar a falta de condições mínimas de trabalho nas Instituições de Ensino Superior (IESs) federais e nas escolas públicas de Educação Básica em ambos os países, bem como das legislações que foram criadas para amparar os educadores, mas não são efetivamente cumpridas. Embora tenha como foco específico a análise de dados referentes à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao Ensino Público Estadual em Minas Gerais, as situações observadas são representativas da realidade enfrentada na maior parte das regiões do país, refletindo um cenário nacional de precarização e desvalorização do trabalho docente.

Também pretende-se apresentar os desafios semelhantes enfrentados pelos servidores da educação em Portugal, que há muitos anos estão em constante mobilização e luta contra o regime estatal. Esses conflitos intensificaram-se em 2023, motivados tanto pela desvalorização salarial enfrentada pela categoria quanto pela crescente precarização desse serviço público, que vem se agravando ao longo dos anos.

Por fim, o estudo busca apresentar a precariedade das instalações físicas, a sobrecarga de trabalho e as consequências para a saúde mental dos professores, além de analisar como essas condições insatisfatórias comprometem o desenvolvimento de um ambiente acadêmico saudável e produtivo, tanto para os docentes quanto para os estudantes. Com isso, pretende-se destacar a necessidade de soluções eficazes para a valorização dos educadores e a melhoria das condições de ensino.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de caráter bibliográfico, com a análise de livros, artigos acadêmicos, reportagens e relatórios que discutem as condições de trabalho dos professores nas IESs e nas escolas públicas. Também são analisados relatórios sindicais e institucionais sobre a greve de 2024, mobilizações e reivindicações dos servidores da educação. Essa abordagem possibilita a construção de uma

visão ampla e fundamentada sobre a problemática estudada, ao cruzar dados de diferentes fontes e contextos educacionais. Dessa forma, a pesquisa oferece um panorama geral da precarização do trabalho docente nas instituições públicas do Brasil e de Portugal, permitindo compreender como a falta de condições adequadas afeta tanto o Ensino Superior quanto a Educação Básica.

Diante desse cenário, a necessidade de políticas públicas que promovam a valorização do trabalho docente e melhorem as condições de trabalho nas IESs federais e nas escolas de Educação Básica é evidente. Essas transformações são essenciais não apenas para assegurar o bem-estar dos educadores, mas também para garantir uma educação de qualidade e um futuro mais justo e promissor para o sistema educacional brasileiro. As lutas dos profissionais comprometidos com a educação pública são fundamentais para o fortalecimento do sistema educacional e para a construção de um ambiente acadêmico que promova o aprendizado e o desenvolvimento de excelência.

## 2 BRASIL – A LUTA POR EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Como mencionado anteriormente, em 2024 o setor educacional no Brasil enfrentou desafios significativos, particularmente em relação aos baixos salários e às condições precárias de trabalho dos profissionais da educação. Apesar de desempenharem um papel essencial na formação do futuro do país, os educadores lutavam com remunerações que frequentemente não refletiam a importância de suas funções. Neste sentido explica a pesquisadora Mariana Flores:

No campo da política social de educação superior, a desvalorização dos trabalhadores e o sucateamento institucional são processos vivenciados há décadas. Aprofundados no contexto atual por contingenciamentos orçamentários, por campanhas depreciativas dos trabalhadores atuantes no serviço público, por diminuição de contratações e por normativas estatais que restringem direitos os efeitos da precarização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores empregados pelo Estado são os impulsionadores da greve nacional da educação iniciada em março de 2024 e, até o momento presente, sem perspectiva de negociação com o governo, tendo em vista as propostas apresentadas por Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros (Flores, 2024).

Assim, observando o exposto pela pesquisadora, essa situação impactou não apenas a qualidade de vida dos professores, mas também teve consequências diretas na qualidade da educação oferecida. Em resposta a essas adversidades, muitas Instituições de Ensino Superior (IESs) federais e escolas estaduais de Minas Gerais mobilizaram-se, organizando paralisações e greves em busca da recomposição salarial e de melhores condições de trabalho.

Os dados, apresentados no artigo *A greve nacional docente e a grave crise da educação superior*, da professora Mojana Vargas, são alarmantes:

[...] o presidente (Lula) quis utilizar de uma suposta autoridade conferida por seu passado como sindicalista, para tentar “convencer” os sindicatos – que aliás, não foram convidados para a tal reunião – a desistir da greve e aceitar a proposta governamental, considerada irrecusável pelo presidente. O presidente, que mantém o discurso de valorização da educação e do ensino superior, parece ignorar que essa valorização passa pelo salário dos docentes. A defasagem atual dos salários docentes chega a 27%, então, a oferta de 12,5% em três parcelas não cobre sequer metade das perdas já acumuladas e não pode ser chamada honestamente de recomposição salarial. A título de comparação, a Polícia Rodoviária Federal teve aumento de 27,48% a partir de 2024, enquanto o oferecido para os docentes em 2024 é a curiosa cifra de 0% (Vargas, 2024).

É importante ressaltar que os direitos de manifestação e de greve são pilares fundamentais da democracia (Flores, 2024). Esses direitos são exercidos com responsabilidade e seriedade, refletindo as legítimas preocupações e reivindicações dos trabalhadores, constituindo, portanto, um reflexo das necessidades e demandas das categorias.

O mês de maio é marcado pela data de homenagem à classe trabalhadora, lembrando os movimentos grevistas que lutavam por condições dignas de trabalho. Especialmente nesse ano, estamos em plena erupção da luta da categoria docente e outras categorias de servidores federais pela melhoria de suas condições laborais (NADI/APUBH, 2024).

Apesar de contar com um amplo conhecimento sobre a importância das lutas das classes trabalhadoras e dos sindicatos, que foram centrais em várias campanhas eleitorais do atual governo, o que se observou foi um endurecimento nas negociações por parte dos governantes, inclusive do próprio chefe do poder Executivo. Essa postura inflexível levou os servidores das universidades a se sentirem sem alternativas, resultando na inevitável decisão de entrar em greve. Vargas descreve o contexto da seguinte maneira:

Iniciada em 15 de abril de 2024, a greve chegou a 62 universidades e um número ainda maior de institutos federais. O movimento adquiriu grande expressão política, unindo servidores técnicos e docentes em torno da valorização dos profissionais do ensino superior e da defesa da educação pública. A grande adesão de instituições também foi uma resposta da categoria ao crescente endurecimento dos representantes do governo ao longo do processo de negociação, com a recusa das sucessivas propostas e contrapropostas apresentadas pelos sindicatos na Mesa Nacional de Negociação Permanente (2024).

No dia 5 de junho de 2024 os professores e professoras da UFMG encerraram uma greve que durou mais de 50 dias, posicionando a universidade como uma das pioneiras no movimento grevista desse ano no Brasil. Em assembleia realizada em 5 de junho, a categoria votou, em uma decisão apertada, pelo fim da greve, com 201 votos a favor, 179 contra e 16 abstenções. Assim, apesar da relutância de parte expressiva dos presentes na reunião, a greve acabou. Ainda nessa reunião, no entanto, a presidente do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte (APUBH), Maria Rosaria Barbato, destacou que a greve teve suas raízes em um histórico de desvalorização, sucateamento e sobrecarga. Barbato realizou o seguinte e importante discurso:

“A greve na UFMG teve suas raízes num substrato de longa data de insatisfação, de desvalorização, de sucateamento, de sobrecarga e adoecimento. Esta greve foi o nosso grito na luta pelo reconhecimento e valorização da categoria e da educação pública. Portanto, a rejeição da proposta do governo neste cenário, tendo em vista a expectativa da continuidade das negociações, apontou a necessidade de permanecermos mobilizados e em estado de greve, agregando força ao movimento nacional da educação” (APUBH, 2024, aspas do autor).

Dessa forma, a deliberação estabeleceu o retorno às aulas para o dia 10 de junho, e essa decisão seria oficialmente comunicada à Reitoria da UFMG. Reforça-se a mensagem de que a greve, como uma ferramenta legítima de luta, visava não apenas a melhores condições de trabalho e salários, mas também ressaltava a urgência de reconhecer e valorizar os educadores e a educação pública no Brasil. Somente mediante ações efetivas será possível construir um sistema educacional mais justo e eficaz, que beneficie tanto os educadores quanto os alunos. Essa luta é crucial para assegurar que a educação no país não apenas alcance, mas também mantenha padrões elevados de qualidade, refletindo o valor dos profissionais que nela atuam.

Considerando o Estado de Minas Gerais, a situação dos servidores da educação não se encontra melhor do que o observado nas IESs federais. No ano de 2024 o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE/MG) convocou uma sequência de paralisações, em resposta à insatisfação generalizada com a proposta de reajuste salarial oferecida pelo governo estadual. A decisão foi tomada em Assembleia Geral realizada no dia 29 de maio, como parte da Campanha Salarial de 2024, e em reação ao Projeto de Lei 2.238/24, que trata da revisão da tabela de prestação de serviços de saúde do IPSEMG. O cenário é crítico, com muitas Instituições de Ensino Superior e escolas estaduais em Minas Gerais mobilizando-se em paralisações e greves em busca de uma melhor valorização dos profissionais da educação. Miranda apresenta os seguintes argumentos elencados para as paralisações dos servidores estaduais:

A decisão pela paralisação é fruto de uma série de debates realizados pelos conselheiros estaduais do Sind-UTE. Eles consideraram os constantes ataques do governo à educação e o atual estágio de mobilização da categoria. Diante desse cenário, os conselheiros entenderam que é necessário intensificar a mobilização rumo a uma possível greve por tempo indeterminado. Outra pauta importante discutida foi a necessidade de uma presença mais forte na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Nas próximas semanas, a ALMG discutirá emendas ao projeto de lei de reajuste salarial e ao projeto que altera a estrutura de assistência do IPSEMG (Miranda, 2024).

O descontentamento dos servidores da educação não acontece sem justa causa. Fernandes (2024) esclarece que em relação à proposta de reajuste salarial apresentada pelo governador Romeu Zema, a insatisfação se intensificou diante da disparidade entre o aumento irrisório de 4,62% para os professores e o aumento de quase 300% em seu próprio salário. Esse contraste gerou indignação entre os educadores, que enfrentam uma defasagem salarial alarmante em relação ao Piso Salarial Nacional.

Fernandes (2024) ainda discrimina o valor atual do salário básico para professores em início de carreira, que é de apenas R\$ 2.652,29, refletindo uma diferença de 57,90% em relação ao que deveria ser pago, o que se traduz em R\$ 1.928,28 a menos do que o estipulado. Essa realidade escancara as desigualdades e a desvalorização da educação pública, colocando em evidência a urgência da mobilização dos profissionais.

No que diz respeito ao aumento salarial do governador, é importante ressaltar que o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal de Minas Gerais, órgão responsável por avaliar a adesão do Estado a esse regime, considera o aumento irregular.

De acordo com o órgão, formado por integrantes do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas da União e do Estado de MG, o reajuste fere um trecho da lei sobre o RRF que veta a concessão de “vantagem, aumento, de remuneração de membros dos poderes ou de órgãos, de servidores e empregados públicos e de militares” durante sua vigência (Lucena, 2024).

Conforme observado em Lucena (2024), a decisão final sobre a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é uma competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Estado. No dia 28 de agosto de 2024, no entanto, por meio de um decreto, o governador ignorou o trâmite previsto na Assembleia e formalizou a adesão ao RRF, tornando Minas Gerais o único Estado da União a instituir o teto de gastos sem a devida autorização da Assembleia Legislativa. Em reportagem de Vasconcelos (2024), a deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT) explica esse entendimento:

O decreto do governador é uma grande ilegalidade. O teto de gastos precisa ser definido por lei específica. A homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) não isenta o governo da responsabilidade de tomar as medidas legislativas. Não pode ser por decreto. O governo tenta resolver na canetada porque ele não tem voto (Vasconcelos, 2024).

A partir da análise dessas situações é possível entender que as lutas dos servidores não são infundadas. Em um contexto em que as IESs federais e as escolas estaduais de Minas Gerais lutam para garantir melhores condições de trabalho e valorização, é essencial que os trabalhadores permaneçam unidos na defesa da educação pública e da dignidade dos educadores, reforçando a necessidade de mudanças efetivas que reconheçam o valor do trabalho docente e assegurem um ensino de qualidade para todos.

Veremos a seguir que os servidores da educação não lutam apenas por salários dignos. A falta de recursos, salas de aula superlotadas e sistemas de apoio insuficientes apenas agravaram as dificuldades enfrentadas por professores e professoras. A necessidade de uma solução abrangente e sustentável para enfrentar esses desafios é praticamente tangível. Melhorar as condições de trabalho vai além do aumento dos salários. Envolve a criação de um ambiente de trabalho favorável e propício que permita que os educadores desempenhem suas funções de forma eficaz. Isso inclui recursos adequados, oportunidades de desenvolvimento profissional, cargas de trabalho gerenciáveis e uma cultura escolar positiva.

As condições de trabalho inadequadas, aliadas a baixos salários, não só afetaram o desempenho dos servidores da educação, mas também prejudicaram a eficácia do sistema educacional como um todo. Tais melhorias são essenciais para promover uma força de trabalho motivada, dedicada e de alto desempenho no setor educacional. Isso posto, é crucial que o governo e as partes interessadas relevantes priorizem a valorização dos profissionais da educação e tomem medidas concretas para melhorar suas condições de trabalho, a fim de elevar a qualidade geral da educação no Brasil.

### 3 OS SALÁRIOS NÃO SÃO AS ÚNICAS DIFICULDADES A SEREM SUPERADAS

O setor de educação no Brasil continua a enfrentar uma série de desafios que impactam diretamente o trabalho cotidiano dos servidores. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos e financiamento, que dificulta a capacidade desses profissionais de oferecer uma educação e um suporte de qualidade aos alunos. Essa pressão financeira também limita as oportunidades de desenvolvimento profissional, restringindo a atualização dos educadores em relação às mais recentes metodologias e tecnologias de ensino.

Outro aspecto relevante é a elevada proporção entre alunos e professores, que sobrecarrega significativamente os servidores e compromete sua capacidade de fornecer atenção personalizada a cada estudante. As crescentes demandas e expectativas das partes interessadas – como pais, alunos e autoridades educacionais – geram uma pressão imensa, contribuindo para o esgotamento e o estresse entre os profissionais.

Adicionalmente, a falta de apoio e reconhecimento por parte do governo em relação ao trabalho essencial dos servidores de educação agrava os desafios que enfrentam. Isso se manifesta em questões como salários baixos, oportunidades limitadas de progressão na carreira e a carência de infraestrutura e tecnologia adequadas nas escolas. Essas dificuldades não apenas afetam o moral e a motivação dos servidores, mas também comprometem a qualidade da educação no Brasil.

Enfrentar esses desafios é fundamental para garantir o sucesso e o bem-estar dos servidores de educação e, conseqüentemente, para promover o avanço do sistema educacional no país. O fortalecimento das condições de trabalho, junto ao reconhecimento do valor dos educadores, é imprescindível para a construção de um futuro mais promissor para a educação brasileira.

Outro grande desafio enfrentado pelos profissionais da educação no Brasil é a carga horária excessiva e o acúmulo de funções. Muitos educadores se veem obrigados a trabalhar longas horas, frequentemente ultrapassando a jornada semanal padrão para cumprir suas diversas responsabilidades. Essa situação pode resultar em fadiga, esgotamento e uma diminuição na qualidade do trabalho desempenhado. Neste sentido De Almeida e De Matos (2024) explicam os impactos dessa precarização no trabalho docente. Vejamos:

Permeado ao trabalho docente há precarização do labor, o que gera males em relação a uma educação formativa e até para uma sociedade consciente e participativa. A precarização é tudo o que atrapalha, gera mal-estar e diminui a produtividade, seja qual for o serviço. Dentre as diversas formas de precarização, nesta pesquisa, é elencada a alta carga de trabalho (os docentes têm trabalhado muito não apenas na escola, como fora dela).

Ademais, o acúmulo de múltiplas funções, que inclui ensino, tarefas administrativas e atividades extracurriculares, sobrecarrega os educadores, impactando negativamente seu bem-estar e sua satisfação geral no trabalho. Essa questão não afeta apenas a saúde mental e física dos profissionais, mas também tem implicações diretas na qualidade da educação que é oferecida aos alunos.

Para abordar essa questão é essencial que os formuladores de políticas e as instituições educacionais priorizem o bem-estar de seus funcionários e efetivem medidas eficazes para mitigar a carga de trabalho excessiva e reduzir o acúmulo de funções. Melhorar o ambiente de trabalho dos profissionais da educação no Brasil beneficiará não apenas os educadores, mas também terá um impacto positivo na qualidade da educação ministrada aos alunos, criando um círculo vicioso de ensino e aprendizagem.

Um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação no Brasil ao longo da História, que se perpetua em 2024, é a falta de valorização e reconhecimento em sua área. Os docentes que desempenham uma função de extrema relevância para o desenvolvimento sociocultural de qualquer país, vivem um grande dilema nos dias atuais, ao mesmo tempo que são excessivamente cobrados por parte da sociedade e não recebem a devida valorização (Cabral Filho, 2022). Isso, de acordo com Cabral Filho, apesar do importante papel que desempenham na formação do futuro do país, muitos educadores continuam lutando com baixos salários, oportunidades limitadas de crescimento na carreira e uma ausência geral de apreço por seus esforços. Essa falta de reconhecimento não apenas afeta o moral e a motivação dos professores e outros profissionais da educação, mas também impacta diretamente a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Quando não se sentem valorizados e respeitados, os educadores podem se tornar desanimados e menos comprometidos com seu trabalho, resultando em uma diminuição na qualidade do ensino. Além disso, a desvalorização profissional pode desencorajar indivíduos talentosos a seguirem carreiras na educação, exacerbando a escassez existente de educadores qualificados no país.

Abordar essa questão exige não apenas investimentos financeiros no setor educacional, mas também uma mudança nas atitudes da sociedade em relação à importância do trabalho realizado por professores e profissionais da educação. Reconhecer o papel vital que esses educadores desempenham na formação do futuro da nação é fundamental para criar um ambiente de apoio e capacitação para aqueles que atuam nesse campo. Essa valorização é essencial para garantir que o sistema educacional brasileiro possa prosperar e atender às necessidades de seus alunos e da sociedade como um todo.

A infraestrutura insuficiente nas escolas continua a ser um desafio significativo para os servidores da educação no Brasil. Essa questão abrange uma série de problemas, incluindo instalações desatualizadas, tecnologia inadequada e a falta de recursos essenciais. Muitas escolas enfrentam condições adversas, como salas de aula superlotadas, pouca ventilação e acesso limitado a comodidades básicas, como água potável e banheiros funcionais. Em um estudo realizado por Soares, Soares e Dos Santos (2020) a infraestrutura escolar e suas conexões com o desempenho de escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental na Prova Brasil . E, de acordo com estes autores:

Os resultados iniciais apontaram para a deficiência de escolas brasileiras, no que se refere à infraestrutura escolar, e para as desigualdades regionais ainda existentes no âmbito educacional, evidenciando a necessidade de se desenvolver políticas públicas educacionais em caráter mais equitativo. A garantia de uma infraestrutura escolar adequada traz significativos ganhos na aprendizagem e no bem-estar dos estudantes, podendo atraí-los para o ambiente escolar, contornado os graves problemas de evasão e retenção, tão discutidos no meio acadêmico, atualmente. Além disso, uma infraestrutura inteligente pode trazer resultados positivos quanto a socialização dos estudantes, estimulando seu convívio social e até mesmo de lazer (.

Além disso, da grande relevância atribuída à infraestrutura ressaltada pelos autores, a ausência de laboratório de informática pode levar à exclusão digital. Essa ausência do mundo digital tornou-se uma preocupação crescente, uma vez que muitas instituições carecem da tecnologia necessária e do acesso à Internet para promover um aprendizado eficaz no século 21. Esses desafios de infraestrutura impactam de maneira profunda a qualidade da educação e o bem-estar tanto dos alunos quanto dos servidores educacionais. Ambientes de aprendizagem inseguros, causados por instalações inadequadas, podem prejudicar o desempenho acadêmico e a saúde dos estudantes.

A falta de recursos também compromete a capacidade dos educadores de oferecer uma educação de alta qualidade. Por outro lado, a lacuna digital acentua as desigualdades existentes, com alunos de comunidades carentes sendo desproporcionalmente afetados pela ausência de acesso à tecnologia e aos recursos digitais. Chagas, Chagas e Silva Filho explicam a relevância do uso das tecnologias no processo educacional dos estudantes:

O processo de atualização da educação vem ocorrendo no Brasil há alguns anos com a inserção gradual das tecnologias, foco na aprendizagem e metodologias para o protagonismo do estudante e com vistas a prepará-lo para o mercado, reforçando o desenvolvimento de elementos de autonomia e de competências que o egresso necessita (2020).

Assim, como exposto pelos autores, enfrentar esses desafios de infraestrutura é fundamental para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade. Investir na modernização das instalações e na disponibilização de recursos tecnológicos não só beneficiará os estudantes, mas também permitirá que os servidores educacionais desempenhem suas funções de maneira mais eficaz, contribuindo assim para um sistema educacional mais justo e eficiente.

A formação profissional limitada e desatualizada dos trabalhadores da educação no Brasil representa um desafio significativo que impede o desenvolvimento do setor educacional. A dificuldade de acesso a

programas de treinamento atualizados e recursos adequados deixou muitos educadores com habilidades e conhecimentos defasados, dificultando sua capacidade de atender às crescentes demandas dos alunos no século 21. Além disso, o uso de currículos e abordagens pedagógicas ultrapassados agrava esse problema, pois os educadores enfrentam dificuldades para se adaptar às novas metodologias e tecnologias de ensino que são essenciais para engajar e capacitar os estudantes.

Nesse contexto, iniciativas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica emergem como ferramentas valiosas para enriquecer a formação inicial dos educadores, proporcionando experiências práticas que conectam teoria e prática. Esses importantes programas são explicados por De Mello e Arrais:

O Pibid foi um programa proposto pelo Governo Federal que possibilitou bolsas para incentivar a formação de novos professores. [...]. Já o PRP, criado recentemente por meio do edital 06/2018, foi ofertado por 18 meses (de agosto de 2018 a janeiro de 2020); na primeira versão, tinha como foco estudantes com matrícula ativa em curso de licenciatura que já tinham cursado o mínimo de 50% do curso ou que estavam cursando a partir do 5º período (2021).

Apesar da existência de programas exitosos para a formação de docentes, a realidade para os profissionais já graduados e em exercício é significativamente mais complexa. Um dos fatores que agrava essa situação é o investimento insuficiente em oportunidades de desenvolvimento contínuo, aliado à falta de apoio sistemático. Como resultado, o setor educacional enfrenta um cenário de estagnação, que compromete a capacidade dos educadores de proporcionar um ambiente de aprendizagem dinâmico e enriquecedor. Os impactos dessa situação refletem-se em todo o sistema educacional, gerando resultados aquém do esperado tanto para professores quanto para estudantes.

Para superar esse desafio é imprescindível instituir reformas e realizar investimentos significativos que visem a modernizar e revitalizar a formação profissional dos trabalhadores da educação. É essencial garantir que esses profissionais estejam equipados com as habilidades, conhecimentos e recursos necessários para prosperar em um cenário educacional em constante evolução. Essa transformação não apenas beneficiará os educadores, mas também terá um impacto positivo na qualidade da educação oferecida aos alunos, contribuindo para um futuro mais promissor para o país.

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado avanços modestos no desenvolvimento profissional dos educadores. O governo e as instituições de ensino têm priorizado a formação continuada e o acesso a cursos de capacitação com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Apesar desses esforços, os resultados têm sido limitados, e as transformações no cotidiano das salas de aula ainda ocorrem de forma gradual.

Uma das iniciativas mais notáveis foi a introdução de cursos *on-line* e plataformas virtuais, que oferecem maior flexibilidade para os educadores se capacitarem. Embora essas opções tenham ampliado o acesso à formação, muitos ainda enfrentam desafios relacionados à falta de tempo e recursos para participar ativamente. Além disso, programas de treinamento que considerem as especificidades de diferentes regiões e contextos estão sendo desenvolvidos. Essa personalização é um passo importante, mas sua efetivação ainda é inconsistente e varia amplamente entre as instituições. Chagas, Chagas e Silva Filho explicam como, durante a pandemia da Covid-19, ficou evidenciada a importância dessa inclusão digital e como isso pode ser uma tarefa realmente desafiadora para os professores:

Verificou-se que alguns docentes não conseguiram conectar seus materiais nas plataformas *on-line* e tampouco conseguiram criar processos de avaliação diferentes do tradicional. O professor encontrou uma realidade bem diferente da sala de aula presencial: alunos que burlavam a aula, alunos que não tinham acesso à Internet em casa e acessavam as aulas através dos seus celulares. Houve muitos problemas de definição de plataformas, de conexão, de banda larga, de interação com os alunos, entre outros (2020).

As parcerias entre escolas e organizações privadas também resultaram em propostas de formação que, embora interessantes, frequentemente carecem de profundidade e aplicação prática nas salas de aula. Enquanto a exposição a novas metodologias e tecnologias é positiva, a incorporação efetiva dessas inovações no dia a dia escolar ainda enfrenta barreiras significativas.

Em suma, apesar dos avanços na formação contínua e no acesso a cursos de capacitação, o setor educacional ainda enfrenta muitos desafios para oferecer uma formação mais robusta e eficaz para seus educadores. A superação dessas barreiras é fundamental para garantir que os profissionais da educação estejam adequadamente preparados para enfrentar as exigências do século 21 e, conseqüentemente, proporcionar uma educação de qualidade para todos os alunos.

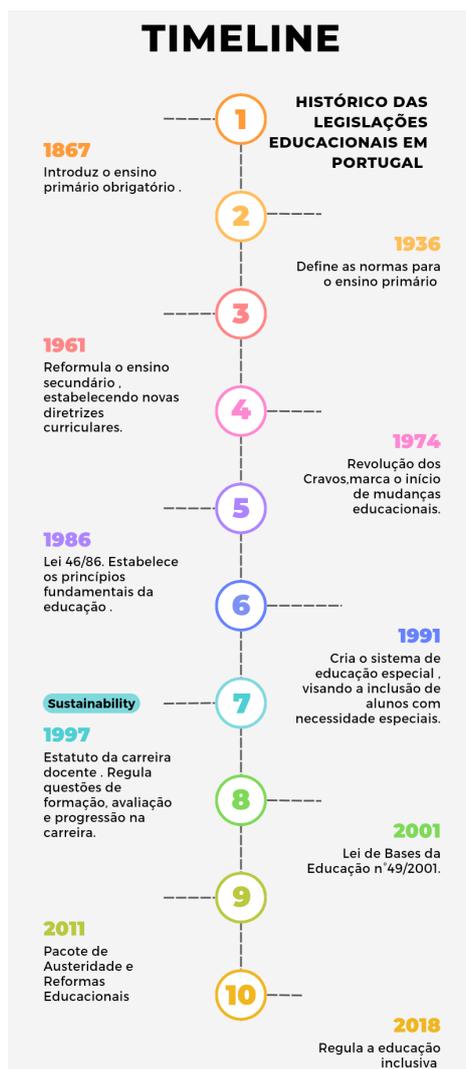
#### 4 PORTUGAL – HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Conhecer a História pode contribuir para manter a ligação entre Estado e sociedade e quanto mais se estuda sobre problemas educativos mais percebe-se políticas inadequadas ou tratamento secundário aos profissionais da educação.

A História da Educação, ramo da História em sentido lato, deve igualmente contribuir para esta finalidade, indo mais longe no estudo da evolução da Educação, pois trata-se daquilo que designamos por “História Interna”. Sendo a Educação um tema que remete para muitos outros, trata-se por isso de algo que deve ser estudado com rigor, evitando facilitismos no tratamento das questões educativas (Mota, 2003, p. 2).

A seguir apresenta-se uma linha do tempo mostrando alguns acontecimentos importantes na legislação e normas educativas em Portugal.

Figura 1 – Infográfico



Fonte: Os autores.

Ao longo do século 20 e início do século 21, a educação em Portugal passou por diversas transformações. No Estado Novo (1933-1874) a educação não servia como ascensão social, o ensino era limitado às bases da aprendizagem: ler, escrever e contar. O objetivo era manter as classes sociais sem avanço profissional, social e político. De acordo com Pierre Marie, em 25 de abril de 1974 a Revolução dos Cravos trouxe um Estado que passou a apoiar ações de alfabetização e de atividades culturais nas comunidades. Após 1976, porém, o projeto de educação popular perdeu força por fatores como a crise do associativismo e a escolarização da educação de adultos (Marie, 2017).

Em 1986 a Lei da Base da Educação estabeleceu princípios fundamentais do sistema educativo, propondo a participação da comunidade na gestão escolar com mais oportunidade de igualdade. Nos anos 2000 o país teve políticas educativas e um desempenho melhor, destacado na Europa como um país que melhora a cada ano a sua educação.

Chegando na atualidade, a pandemia da Covid-19 obrigou uma adaptação para o ensino remoto e assim as políticas educacionais tiveram de investir na recuperação pós-pandemia, inclusão digital e na formação contínua dos professores. Como em detalhamento da linha do tempo a história da educação de Portugal passou por períodos revolucionários e possui uma abrangente legislação desde a educação pré-escolar até ao Ensino Superior.

O cumprimento dessa legislação é monitorado pelo Ministério da Educação, pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (Igec) e pelo setor de Direções Regionais de Educação, mas que enfrentam muitas críticas e desafios, como recursos limitados, formação de professores e desigualdade regional. Todos esses desafios provocam a desvalorização e insatisfação dos servidores da educação.

## 5 LUTA DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

A partir da Revolução dos Cravos em 1974 o país passa por uma longa história de lutas por meio das greves, as motivações se equiparam com a de países subdesenvolvidos como o Brasil, com a ineficácia das políticas educacionais sendo o principal motivo. Ainda hoje, a Revolução dos Cravos é referência de cultura e de luta para os portugueses, que, todos os anos, vão às ruas no dia 25 de abril.

Foto 1 – Manifestantes sobre o dia da Revolução dos cravos.



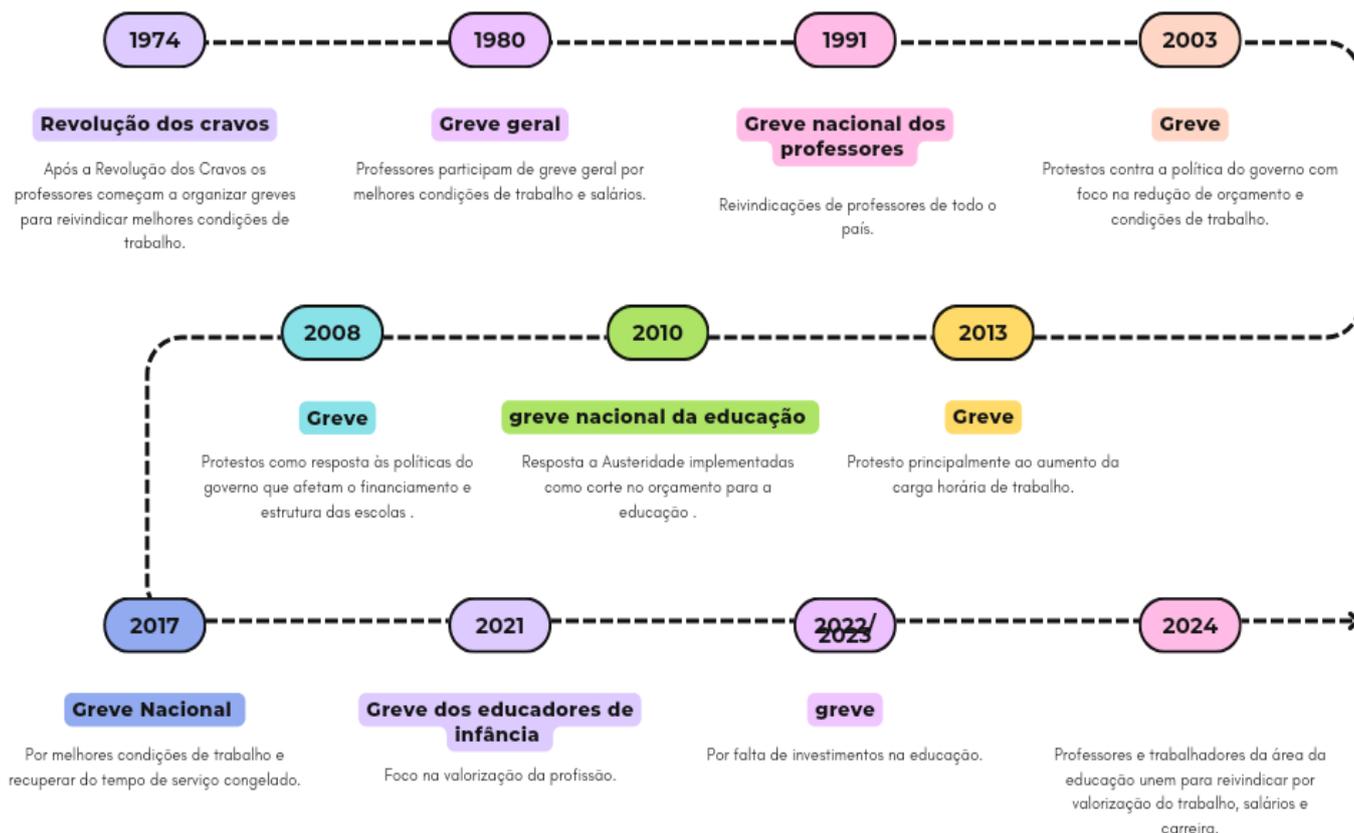
Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Defending\\_the\\_Culture\\_\(7113768205\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Defending_the_Culture_(7113768205).jpg)

Na linha do tempo a seguir pode-se perceber que a valorização dos servidores da educação é longa e cansativa, dando a entender que existe uma estratégia de redução da intervenção do Estado na regulação e prestação do serviço educativo, como Antônio Francisco Baixinho dissertou:

O Estado central quer-se assumir, cada vez mais, como mínimo em algumas situações, como é o caso da construção de infraestruturas educativas ou da contratação de pessoal docente, de técnicos especializados, de funcionários administrativos e auxiliares de ação educativa (Baixinho, 2017).

Figura 2 – Linha do tempo sobre as greves na educação em Portugal

## Linha do tempo sobre as greves na educação em Portugal



Fonte: Os autores.

Acompanhando a linha do tempo apresentada compreende que tanto trabalhadores docentes como não docentes unem-se ao direito de greve, com queixas extensas, pois é vivido um tempo de desvalorização e falta de atratividade. As greves são marcadas por uma forte mobilização dos sindicatos, como a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e do Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (S.T.O.P.).

Fotos 2 e 3 – Pôsteres da Fenprof das pautas das greves (apresentam as reivindicações dos professores)



Fonte: <https://www.fenprof.pt/pre-avisos-de-greve-0>

O líder da Fenprof, Mario Nogueira, diz que a falta de professor terá de ser resolvida, antes de mais, com os que existem, evitando novos abandonos e recuperação de quem saiu precocemente. Já os líderes do S.T.O.P. denunciam injustiças que afetam milhares de profissionais da educação, por exemplo, a falta de uma gestão democrática, uma avaliação injusta com cotas, perda de direitos à Caixa Geral de Depósito (CGD), a não aplicação da medicina do trabalho como manda a lei, a ultrapassagem na carreira, excesso de burocracias e o aumento de horas extraordinárias. Os professores usam a frase. ‘Um professor a lutar também está a ensinar’, mostrando um exemplo cívico de que tanto os alunos como a sua família podem lutar pelos seus direitos, como explicou o psicólogo Júlio Franca para a reportagem da CNN em 23 de janeiro de 2023.

Foto 4 –Imagem ilustrando o lema da greve dos professores



Fonte: <https://escolapt.wordpress.com/2022/12/10/professores-a-lutar/>

A questão torna-se mais global do que relativamente a um país isolado, a discussão sobre problemas climáticos, direitos humanos e de saúde só podem ser ensinados por meio de uma educação de qualidade e o professor é o principal intermediador desse processo. De acordo com a ONU, é fundamental o envolvimento dos professores e de suas organizações sindicais na resolução dos problemas educacionais, devendo existir um quadro de valorização e diálogo social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, as dificuldades enfrentadas pelos docentes nas Instituições de Ensino Superior (IESs) federais e da Educação Básica pública em 2024 revelam um panorama crítico que compromete não apenas a qualidade do ensino, mas também a própria essência da educação pública no Brasil. O cenário de precarização, desvalorização e falta de reconhecimento do trabalho docente, somado a condições de trabalho inadequadas, impacta diretamente a formação dos alunos e no futuro da educação superior. A greve de servidores, representativa de uma luta por melhores condições laborais, evidencia a urgência de mudanças que garantam um ambiente saudável e motivador para educadores e estudantes.

A necessidade de políticas públicas eficazes que promovam a valorização dos docentes e a melhoria das condições de trabalho é evidente e deve ser priorizada por todas as partes envolvidas. A valorização não se limita a questões salariais, mas abrange um reconhecimento integral da importância da educação, a oferta de recursos adequados e a criação de um espaço propício ao desenvolvimento acadêmico. Assim, a luta dos profissionais da educação deve ser compreendida como um elemento central na construção de uma educação superior de qualidade, que, ao mesmo tempo, respeite e valorize aqueles que dedicam sua vida à formação das novas gerações.

A transformação de toda a estrutura de ensino público no Brasil e em Portugal, tanto Educação Básica quanto Superior, requer um comprometimento coletivo com a educação pública e um esforço contínuo para superar as barreiras estruturais que afetam a comunidade acadêmica. Somente por meio de um esforço conjunto será possível assegurar uma educação que não apenas atenda às demandas atuais, mas que também promova um futuro sustentável e inovador.

Assim sendo, no Brasil e em Portugal a educação está em constante evolução e em processo de lutas, por isso é preciso reconhecer e valorizar os educadores para reverter o quadro de desvalorização e fortalecer a educação como um pilar fundamental da sociedade.

É necessário um compromisso coletivo, que as políticas públicas sejam cumpridas, a sociedade e instituições envolvidas assegurem que o sistema educacional se torne robusto e eficaz.

## 7 REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA LUSA. *Greves de professores representam apenas 4% das faltas nas escolas*. CNN Portugal, 29/1/2024. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/professores/greve/greves-de-professores-representam-apenas-4-das-faltas-naescolas/20240129/65b79a09d34e65afa2fa3083>. Acesso em: 9 out. 2024.
- APUBH. Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte. *Professores e professoras da UFMG encerram a greve, mas continuam mobilizados*. Disponível em: <https://apubh.org.br/acontece-2/professores-e-professoras-da-ufmg-encerram-a-greve-mas-continuam-mobilizados/>. Acesso em: 6 out. 2024
- BAIXINHO, F, Antônio. *Políticas educativas em Portugal: governação, contexto local e hibridismo*. EccoS, São Paulo, n. 42, p. 105-124. jan./abr. 2017.
- BRASIL. Lei de bases do sistema educativo. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>. Acesso em: 30 set. 2024.
- CABRAL FILHO, Manoel Gomes. Insatisfação docente: uma análise sobre as principais causas e consequências. *Humanas em Perspectiva*, v. 4, 2022.
- CHAGAS, Joselito Moreira; CHAGAS, Renata Lucia Cavalca Perrenoud; SILVA FILHO, Roberto Lobo. As mudanças nas IES trazidas pela pandemia 2020. *Instituto Lobo*, v. 35, 2020.
- DE ALMEIDA, Vitor Sergio; DE MATOS, Fernanda Leticia Medeiros. O trabalho docente no Ensino Fundamental I: a percepção dos professores acerca de complicadores do desempenho profissional. In: DE ALMEIDA, Flávio Aparecido de Almeida. *Desafios de ensinar e educar na contemporaneidade: escola, família e professores em pesquisa – volume 2*. [S. l.]: Editora Científica Digital, 2024. p. 115-128. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/240215897.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.
- DE MELLO, Diene Eire; ARRAIS, Luciana Figueiredo Lacanallo. Os programas PIBID e residência pedagógica: em discussão a formação do professor da educação básica. *Interfaces da Educação*, v. 12, n. 35, p. 506-531, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5386/4629>. Acesso em: 10 out. 2024.
- ELIAS, Alice. *50 anos da Revolução dos Cravos*. Disponível em <https://www.fflch.usp.br/169876>. Acesso em: 1º out. 2024.
- EURYDICE. Portugal. *Enquadramento e tendências políticas, sociais e económicas*. Disponível em: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/desenvolvimento-historico>. Acesso em: 30 set. 2024.
- FERNANDES, Leonardo. Após aumentar o próprio salário em 300%, Zema quer reajuste de apenas 3,62% para servidores. *Brasil de Fato*. Publicado em: 29 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatomm.com.br/2024/05/29/apos-aumentar-o-proprio-salario-em-300-zema-quer-reajuste-de-apenas-3-62-para-servidores>. Acesso em: 1º out. 2024.
- FLORES, Mariana. Greve da educação e as transformações no serviço público brasileiro. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45806>. Acesso em: 4 out. 2024.
- LUCENA, André. Zema inclui aumento de 300% do próprio salário no plano de recuperação fiscal de MG. *Carta Capital*. Publicado em: 25 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/zema-inclui-aumento-de-300-do-proprio-salario-no-plano-de-recuperacao-fiscal-de-mg/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- MADREMEDIA. LUSA. Centenas de professores de todo o país concentrados em Lisboa. Nova manifestação a 17 de outubro. *Sapo24*. Publicado em 5 out. 2024. Disponível em: [4.sapo.pt/atualidade/artigos/centenas-de-professores-de-todo-o-pais-concentrados-no-rossio-em-lisboa?utm\\_source=SAPO\\_HP&utm\\_medium=web&utm\\_campaign=destaques](https://4.sapo.pt/atualidade/artigos/centenas-de-professores-de-todo-o-pais-concentrados-no-rossio-em-lisboa?utm_source=SAPO_HP&utm_medium=web&utm_campaign=destaques)
- MARIE, Pierre. Revolução dos Cravos e educação popular. As associações de educação popular em Portugal (1974-1986). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 17, p. 371-396, 2017.
- MIRANDA, Lucas. Professores estaduais vão paralisar atividades em junho. Confira as datas. *Portal Gerais*. Publicado em: 2 jun. 2024. Disponível em: <https://portalgerais.com/professores-estaduais-vao-paralisar-atividades-em-junho-confira-as-datas/>. Acesso em: 6 out. 2024.
- MICAIL, Manuela. Ano letivo arranca com “maior contentamento” nas escolas. Mas primeira semana termina com milhares de alunos sem aulas. *CNN*. Publicado em 23 set. 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Pictures/Ano%20letivo%20arranca%20com%20maior%20contentamento\\_%20nas%20escolas.%20Mas%20primeira%20semana%20termina%20com%20milhares%20de%20alunos%20sem%20aulas%20-%20CNN%20Portugal.html](file:///C:/Users/User/Pictures/Ano%20letivo%20arranca%20com%20maior%20contentamento_%20nas%20escolas.%20Mas%20primeira%20semana%20termina%20com%20milhares%20de%20alunos%20sem%20aulas%20-%20CNN%20Portugal.html). Acesso em: 5 out. 2024.
- MOTA, Carlos A. M. G. Breve história da educação no ocidente. *Cadernos do Caos*, Porto, 2003.

NADi/APUBH. *Entrevista*: condições de trabalho da categoria docente nas Universidades. APUBHUFMG+. Postado em: 7 jun. 24. Disponível em: <https://apubh.org.br/nadi/nadi-apubh-entrevista-condicoes-de-trabalho-da-categoria-docente-nas-universidades/#>. Acesso em: 3 out. 2024.

SOARES, Denilson Junio Marques; SOARES, Talita Emidio Andrade; DOS SANTOS, Wagner. Infraestrutura e desempenho escolar na Prova Brasil: aspectos e conexões. *Olhar de professor*, v. 23, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15023/209209213497>. Acesso em: 10 out. 2024.

S.T.O.P. *Queluz*: protesto por equidade nos apoios aos profissionais de educação deslocados (e outras injustiças). Publicado em: 2 out. 2024. Disponível em: <https://stop-sindicato.pt/protesto-por-equidade-nos-apoios-aos-profissionais-de-educacao-deslocados-e-outras-injusticas/>. Acesso em: 5 out. 2024.

VARGAS, Mojana. A greve nacional docente e a grave crise da educação superior brasileira. Coluna: História Pública & Narrativas Afro-Atlânticas. *Brasil de Fato Paraíba*. 2 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2024/07/02/a-greve-nacional-docente-e-a-grave-crise-da-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 5 out. 2024.

VASCONCELOS, Ana Carolina. Mesmo com forte oposição, Zema adere ao RRF e publica decreto de congelamento de salários. *Brasil de Fato*. Publicado em: 29 ago. 2024. Minas Gerais. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2024/08/29/mesmo-com-forte-oposicao-zema-adere-ao-rrf-e-publica-decreto-de-congelamento-de-salarios>. Acesso em: 10 out. 2024.

#### **Autor Correspondente**

Josiane Ferreira

Escola Superior Dom Helder Câmara

R. Álvares Maciel, 628 – Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, Brasil. CEP 30150-250

[josiane.f@educacao.mg.gov.br](mailto:josiane.f@educacao.mg.gov.br)

**Este é um artigo de acesso aberto distribuído  
sob os termos da licença Creative Commons.**

